

## Business Environment Rankings 2008: Ambiente de negócio em Portugal

Ricardo Pinheiro Alves<sup>1</sup>

O *Economist Intelligence Unit* (EIU) divulgou em Agosto o relatório sobre Portugal onde são actualizados para o terceiro trimestre de 2008 os resultados do *Business Environment Rankings* (BER). Os resultados são publicados trimestralmente pela EIU e medem a qualidade e a atractividade esperada do ambiente de negócio em 82 países. O relatório assenta no princípio de que o ambiente de negócio de um país se torna mais atractivo para o investimento quanto mais livre de distorções estiver o funcionamento do seu mercado.

O *ranking* é construído de forma a reflectir o que o EIU considera serem os critérios utilizados pelas empresas multinacionais na formulação das suas estratégias de negócio. Está dividido em dez categorias com igual peso que são apresentadas para dois períodos distintos. O primeiro período, entre 2003 e 2007, refere-se a dados quantitativos históricos e informação resultante de inquéritos a gestores. O segundo, entre 2008 e 2012, resulta das previsões elaboradas pelo EIU com base no primeiro período e traduzem um valor médio para os cinco anos. O *ranking* geral é construído com base no indicador global de ambiente de negócios que resulta de dez diferentes categorias (ver metodologia em anexo).

Os resultados para Portugal no quinquénio 2008-2012 são de um aumento significativo no valor do indicador global relativo ao ambiente de negócio (6,79 para 7,32 numa escala de 1 a 10). Esta evolução positiva entre os dois períodos considerados repete os resultados divulgados em Maio passado, quando os valores relativos ao desempenho de Portugal resultaram na ultrapassagem de três países (Eslovénia, Malásia e Bahrain) e na 'subida' à posição 30 (posição 15 na UE25<sup>2</sup>).

A evolução de Portugal contrasta com a de alguns dos países do sul da Europa, nomeadamente Espanha e Grécia, que 'descem' para as posições 23 e 44, respectivamente. O crescimento do indicador global para o nosso país permite ainda reduzir a distância face à média dos países da Europa Ocidental<sup>3</sup> (que varia entre 7,79 para 8,02). O *ranking* geral para Portugal e para alguns dos principais concorrentes na atracção de investimento foram os seguintes:

**Quadro 1 – Ranking geral para Portugal e países competidores**

Portugal		Espanha		Bulgária		R. Checa		Grécia		Portugal na UE 25 *	
2003- 2007	2008- 2012	2003- 2007	2008- 2012								
33	30	21	23	47	45	28	28	43	44	16	15

A figura 1 e o quadro 2 apresentam a evolução dos *rankings* de Portugal em cada um dos indicadores considerados. Na primeira coluna do quadro pode observar-se que, no período histórico 2003-2007, os indicadores com valor mais alto foram "Ambiente político", "Comércio internacional" e "Acesso a financiamento". De acordo com o EIU, para 2008-2012 as categorias com evolução mais positiva são "Oportunidades de mercado", "Livre concorrência", "Acesso a financiamento", "Mercado de trabalho" e "Infra-estruturas". As duas últimas colunas mostram ainda que na maioria das categorias Portugal reduziu a distância que o separa do espaço económico onde se encontra integrado, a Europa Ocidental (EO)

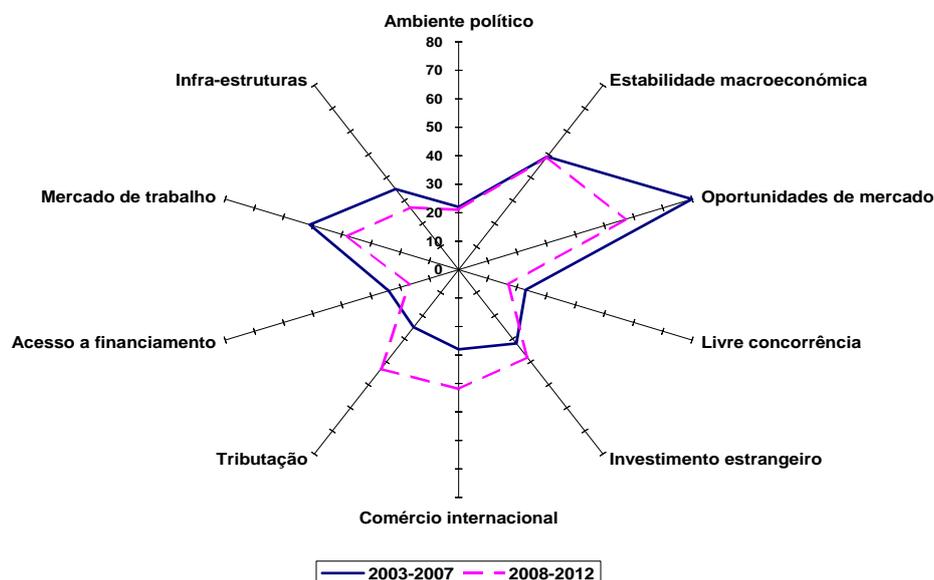
<sup>1</sup> Director de Serviços de Análise Económica e Previsão

<sup>2</sup> UE 27 menos Luxemburgo e Malta

<sup>3</sup> Europa Ocidental: Áustria, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Holanda, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia e Reino Unido.

A figura 2 apresenta os indicadores para cada categoria juntando a evolução absoluta entre os dois períodos e a diferença face ao valor do indicador global do país. O primeiro quadrante mostra as categorias que estão acima do valor médio de Portugal.

Figura 1 – Evolução do *Ranking* de Portugal por categoria



Quadro 2 – Variação nos resultados de Portugal entre os dois períodos

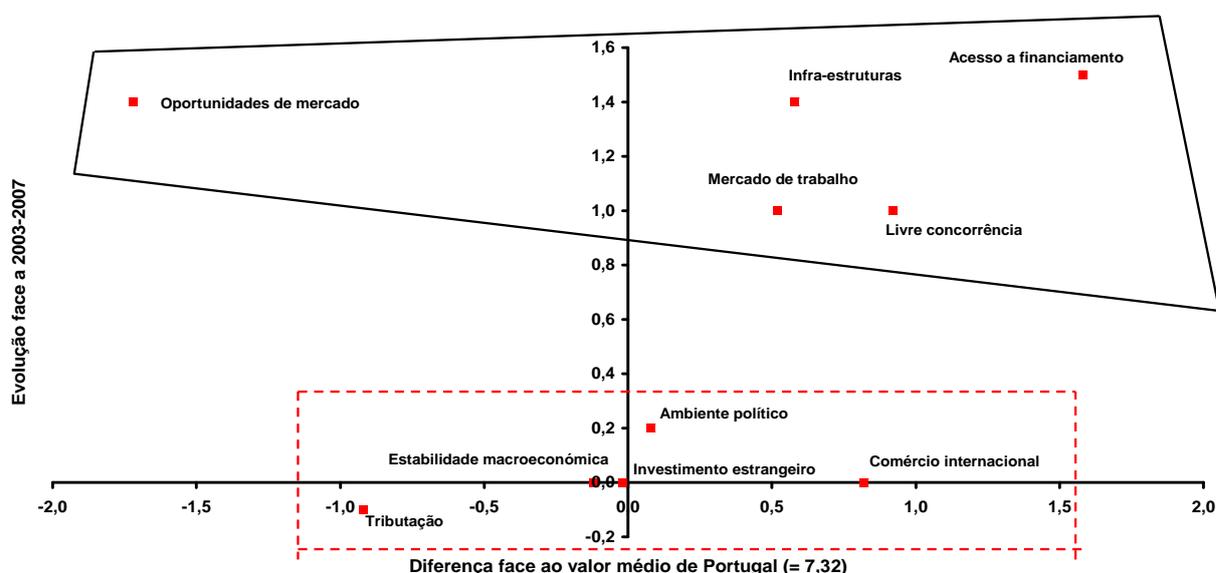
Período 1: 2003-2007 Período 2: 2008-2012	Portugal Valor		Variação	Portugal Ranking por categoria		Variação	Portugal – Europa Ocidental (diferença em valor)	
	1	2	(2-1)	1	2	(1-2)	1	2
Ambiente político	7,4	7,6	0,2	22	21	1	-0,8	-0,7
Estabilidade macroeconómica	7,2	7,2	0	49	49	0	-1	-0,9
Oportunidades de mercado	<b>4,2</b>	<b>5,6</b>	<b>1,4</b>	<b>80</b>	<b>57</b>	<b>23</b>	-2,3	-0,9
Livre concorrência	7,3	8,3	<b>1,0</b>	23	<b>17</b>	<b>6</b>	-0,7	0
Investimento estrangeiro	7,3	7,3	0	32	38	-6	-1,1	-1,2
Comércio internacional	<b>8,2</b>	8,2	0	28	42	-14	-0,3	-0,8
Tributação	6,5	6,4	-0,1	25	43	-18	0,2	-0,3
Acesso a financiamento	7,4	<b>8,9</b>	<b>1,5</b>	24	<b>17</b>	<b>7</b>	-1,2	-0,2
Mercado de trabalho	5,8	6,8	<b>1,0</b>	51	38	<b>13</b>	-1	-0,4
Infra-estruturas	6,5	7,9	<b>1,4</b>	35	27	<b>8</b>	-1,5	-0,7

A evolução das categorias pode dividir-se em três grupos. O primeiro, com impacto positivo significativo no *ranking* geral, inclui 5 categorias que, de acordo com as previsões do EIU, indiciam um aumento da liberalização do ambiente de negócios em Portugal (rodeadas a escuro na figura 2).

A primeira categoria refere-se a “Oportunidades de mercado”, que traduz a integração de Portugal na economia mundial e o crescimento económico e do comércio internacional. A evolução deste indicador está associada às expectativas para o crescimento da Economia Portuguesa relativamente aos seus principais parceiros. Da mesma forma, o crescimento do comércio internacional em 2007, especialmente das exportações, teve também um impacto positivo. Segundo o BER, Portugal ultrapassa 23 países nesta categoria, entre os quais a Grécia, Bulgária, Hungria e Eslovénia, situando-se na 57ª posição no período 2008-2012.

A segunda, “Livre concorrência”, refere-se ao funcionamento do mercado, aos direitos de propriedade e ao modo de intervenção do Estado. Neste âmbito, têm impacto os esforços em termos de simplificação de procedimentos administrativos, e a preocupação de corrigir distorções e de reduzir a interferência do Estado no funcionamento do mercado. Nesta categoria, Portugal sobe 6 lugares no *ranking* para a 17ª posição (10º na média da UE 25), ultrapassando Espanha e França e igualando Noruega, Áustria e Estónia.

Figura 2 – Indicadores de Portugal por categoria em 2008-2012



A terceira é “Acesso a financiamento” que reflecte o funcionamento do sistema financeiro. Portugal regista uma melhoria significativa deste indicador subindo 7 lugares, para 17º (e para 9º na EU 25), igualando Alemanha, Áustria e Espanha, e ultrapassando Itália, Estónia e Chile. Os factores que mais contribuíram para esta melhoria foram as expectativas relativamente ao funcionamento do sector bancário e do mercado de capitais, e o respectivo acesso de investidores ou empresas estrangeiras, e a qualidade da regulamentação.

As características institucionais do “Mercado de trabalho”, nomeadamente a legislação, o nível de concertação, a qualidade e a capacidade da mão-de-obra constituem a quarta categoria com impacto positivo no *ranking* geral. Portugal sobe 13 lugares no *ranking* em 2008-2012, ultrapassando países como Letónia, Lituânia, Eslovénia, Rússia e Brasil, devido ao incremento nos indicadores relativos à flexibilidade do mercado de trabalho e à melhoria em termos de custos unitários do factor trabalho e ao custo de vida suportado pelos trabalhadores.

Finalmente, ao nível da qualidade de “Infra-estruturas”, Portugal regista melhorias em quase todas as áreas abrangidas (em telecomunicações, I&D, transportes, electricidade e distribuição) e sobe 8 lugares (para 27º), ultrapassando Itália, Grécia, Chipre, Hungria e Lituânia.

O segundo grupo apresenta categorias com uma evolução estável (rodeadas a tracejado). A evolução da categoria “Estabilidade macroeconómica” traduz a diminuição do deficit orçamental, pela positiva, e a degradação de um indicador de estabilidade cambial, explicado pelo elevado desequilíbrio da Balança de Transacções Correntes. O *ranking* de Portugal neste indicador para o período 2008-2012 é 49º. No que se refere ao “Ambiente político” (qualidade da burocracia, a capacidade dos Governos em implementar políticas públicas e a existência de conflitos, convulsões sociais ou disputas internacionais), Portugal regista melhorias ao nível da eficácia governamental na formulação e execução de políticas públicas, subindo um lugar relativamente ao *ranking* registado no período 2003-2007 e igualando a classificação de Espanha (21º). As categorias que registam uma evolução nula são “Tributação”, “Comércio internacional” e “Investimento estrangeiro”, onde Portugal se classifica respectivamente em 43º, 42º e 38º.

## Anexo – Metodologia

A metodologia de construção do ranking assenta em dados estatísticos quantitativos históricos (e.g., PIB, inflação, quotas de mercado no comércio internacional) ou com base nas previsões para os 5 anos seguintes realizadas pelo EIU, e em informação de natureza qualitativa resultante de diferentes fontes e inquéritos a gestores no que se refere ao período histórico, e na avaliação do EIU no que se refere ao período futuro. No total, o “ranking” inclui 91 indicadores divididos entre as 10 categorias: Estabilidade e ambiente político, estabilidade macroeconómica, oportunidades de mercado, políticas públicas direccionadas para a livre concorrência, investimento estrangeiro, comércio internacional e controlo cambial, tributação, mercado de trabalho, acesso a financiamento e infra-estruturas.

O “score” para cada categoria resulta da média simples ou ponderada (pelos coeficientes de correlação entre cada indicador e os fluxos de IDE nos anos 2002-2006 e os resultados dos inquéritos a gestores) de diversos indicadores classificados entre 1 (muito mau para o ambiente de negócio) e 5 (muito bom). Aquele valor é depois linearizado para uma escala de 1 a 10. O “ranking” final para o ambiente de negócios em cada país resulta da média simples dos valores obtidos nas dez categorias. O EIU refere que a utilização da média simples reflecte a diversidade de resultados empíricos existentes na literatura sobre a importância relativa de cada um dos determinantes do investimento.

A metodologia utilizada não é totalmente representativa das decisões dos agentes económicos por várias razões. A grande diversidade de fontes e a falta de informação não permitem aferir a representatividade de cada um dos indicadores qualitativos. Por outro lado, o recurso a correlações com IDE para a definição do peso dos indicadores em algumas categorias não é totalmente representativo já que o ambiente de negócio que o “ranking” pretende medir afecta também o investimento doméstico. Finalmente, as variáveis aqui consideradas como representativas dos critérios utilizados pelas empresas transnacionais na formulação das suas estratégias de negócio são limitativas. Outros indicadores que não aparecem como as variáveis internas à empresa ou à gestão e as de índole sectorial não são considerados.